ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)

2ª SECRETÁRIA: VEREADORA IREUDA SILVA (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO, JÚLIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente Isnard Araújo declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Resolução n. 9/23 da Mesa Executiva; e Requerimento n. 116/23 da vereadora Marta Rodrigues. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente registrou a presença de Everaldo Anunciação, ex-presidente do PT. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal registrou o que passara com agentes da Transalvador, que, após ignorarem dois ônibus turísticos obstruindo a rua, anotaram a placa do seu

carro enquanto sua esposa apenas parava para desembarcá-lo no Paço. Pediu que os agentes fossem identificados e respondessem pelo abuso, sublinhando que nem um vereador, em seu papel fiscalizatório, e nem um cidadão comum poderiam se submeter a isso. O senhor presidente endossou a fala. Em comunicação inadiável, o vereador Ricardo Almeida também endossou e disse esperar medidas sobre o caso. Foi secundado, também em comunicações inadiáveis, pelos vereadores Duda Sanches, que ponderou não ser esse caso atribuível à maioria dos agentes de trânsito, e Leandro Guerrilha. Nos **Registros**, o vereador Orlando Palhinha contou ter estado com o prefeito Bruno Reis na assinatura de ordens de serviço e no anúncio das atrações para o aniversário de Salvador. Parabenizou o prefeito por suas realizações e pela sua recondução à vice-Presidência de Concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs) da Frente Nacional de Prefeitos. O vereador Henrique Carballal pediu que se solicitasse à Transalvador explicação sobre a redução do limite de velocidade nas Avenidas Pinto de Aguiar e Orlando Gomes. Considerou que essa medida alimentava uma "indústria de multas". Criticou a possível majoração da tarifa de ônibus mencionada pelo secretário de Mobilidade, apontando as vantagens fiscais dos empresários do setor e a penalização que recairia sobre os cidadãos. Exigiu que, em vez de aumentar tarifa, a Prefeitura cumprisse a lei quanto aos recursos de outorga onerosa estabelecida na licitação do serviço. Indagou sobre isenções fiscais e pediu que a Casa se posionasse contra o aumento. Declarou apoio aos servidores da CMS sobre Projeto de Lei vetado. O vereador Luiz Carlos Suíca comentou sobre a Escola estadual Aliomar Baleeiro, em Pernambués, lembrando a sua antiga diretora Edméia, que buscava as crianças fora das aulas. Sugeriu que a Escola passasse a ter o nome dessa diretora. Elogiou o arquivamento de processo contra o ex-governador Jaques Wagner, afirmando que a justiça se fizera e que Jaques Wagner já tinha muita ocupação ao trabalhar com o Presidente Lula nas demandas sociais. Criticou a Coelba por ser atuante no corte de energia, mas não, nos reparos necessários aos equipamentos. Pediu investigação sobre a empresa. O vereador Augusto

Vasconcelos informou campanha do Sindicato dos Bancários contra o fato de bancos restringirem o atendimento presencial aos clientes. Explicou que esse atendimento, além de necessário, era um direito previsto em Resolução do Banco Central. Comentou sobre o 21 de março, Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Declarou voto contrário da Oposição ao Veto relativo aos servidores da CMS, apontando a grande perda que o Veto trazia aos aposentados. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha, sobre fala do vereador Henrique Carballal, disse que o prefeito era responsável, tendo ido até o Presidente Lula em busca de subsídios para demandas como as de transporte e não estando a considerar aumento de tarifa. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse que fora do secretário de Mobilidade a referência a aumento. A vereadora Marta Rodrigues saudou as mulheres pelo seu mês. Também saudou os servidores no Plenário, defendendo a derrubada do Veto ao seu Projeto e pedindo, sobre isso, posição dos edis da base do prefeito. Disse que, ante o que expusera a secretária da Fazenda, não se entendia a necessidade de um corte financeiro sobre um direito adquirido. Afirmou que o Veto se deva em lugar de um procedimento correto, com formação de comissão. O vereador Átila do Congo comentou sobre as queixas acerca de agentes da Transalvador, questão que também trouxera em Sessão anterior. Repudiou a má conduta de agentes desse órgão, ressalvando que essa não era a prática da maioria dos agentes e sublinhando que a contrariedade manifestada não era sobre multas corretamente aplicadas. O vereador Arnando Lessa enalteceu a Associação dos Servidores da CMS (Ascam), criticando o Veto prejudicial aos aposentados. Mencionou seu irmão, que era aposentado da CMS e perderia recursos que custeavam remédios. Pediu ao líder do Governo, vereador Kiki Bispo, que convidasse o presidente do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES) para explicar a razão do Veto, ao qual declarou seu voto contrário, contando nunca ter visto um projeto unanimemente aprovado na Casa, inclusive nas Comissões, receber Veto total do prefeito. Pediu respeito à CMS e aos servidores. Assumiu a Presidência da Sessão

o presidente da CMS, vereador Carlos Muniz. O senhor presidente propôs a inversão da pauta para a votação imediata dos Vetos que havia. O vereador Kiki Bispo, líder do Governo, concordou A vereadora Laina Crisóstomo, líder da Oposição, discordou, defendendo a garantia dos Registros. O vereador Edvaldo Brito, edil independente, concordou com a inversão, apelando à vereadora Laina Crisóstomo que concordasse, pelas pessoas presentes e pela pauta travada, e propondo voto nominal. O vereador Alexandre Aleluia, também edil independente, declarou-se concordante. A vereadora Laina Crisóstomo explicou querer a garantia de discussão do Veto sobre os servidores. O senhor presidente informou os inscritos que ainda havia para os Registros, sugerindo que os governistas, maioria deles, declinassem da fala em favor dos oposicionistas, que eram apenas três. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo disse que, mesmo considerando a posição da vereadora Laina Crisóstomo um voto vencido, retiraria os registros dos edis do seu bloco. Foi secundado, também pela ordem, pelo vereador Alexandre Aleluia. O senhor presidente declarou que, na sistemática do acordo, não havia vencidos e que o acordo inexistia caso uma das partes fosse divergente. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto observou a base regimental que garantia a discussão do conteúdo a ser votado. Opinou que a questão era de uma melhor escuta e que não haveria problemas. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia poderou que registros não eram o mesmo que discussão de projeto, e o senhor presidente respondeu que, em nome de um melhor andamento do processo, era melhor prosseguir com os Registros. Retomados os **Registros**, a vereadora Laina Crisóstomo considerou que não havia igualdade na distribuição das falas dos vereadores. Discorreu sobre a tramitação do Projeto vetado, destacando a unanimidade com que fora acolhido, e apontou falta de compromisso com os servidores, afirmando que tinham direito adquirido. O vereador Sílvio Humberto reiterou a posição da Oposição contra o Veto, a qual explicou ser coerente com o que fora votado e pelo bem das pessoas. Sublinhou que, como edis, os 43 votantes a favor do Projeto tinham responsabilidade com os cidadãos

e que sua posição não mudaria por um ato imperativo do Executivo. Pediu que os responsáveis pelo Veto viessem apresentar seus argumentos para tentar exercer um convencimento justo sobre a questão. Destacou a vida de trabalho que os aposentados tinham dedicado à CMS. O vereador Joceval Rodrigues enalteceu os servidores e aventou um mal assessoramento ao prefeito. Observou que: os aposentados já haviam contribuído para a Previdência; eles eram um contingente de cerca de 300 servidores, com pouco impacto da Folha municipal; e os servidores ativos eram remunerados com o duodécimo recebido pela CMS, a qual, portanto, era quem os remunerava. Declarou voto pela derrubada do Veto. O vereador Tiago Ferreira comentou sobre o compromisso da esquerda e do PT em se colocar ao lado dos trabalhadores. Considerou incabível vereadores mudarem de posição sobre o próprio voto para atender ao Executivo. Pediu o voto nominal proposto pelo vereador Edvaldo Brito. O senhor presidente anunciou consulta ao Plenário sobre o voto nominal. Com a palavra, o vereador Edvaldo Brito afirmou a imposição jurídica do voto nominal no caso desse Veto. Com a palavra, o vereador Kiki Bispo divergiu do vereador Edvaldo Brito, afirmando ser possível saber como cada um votaria. Com a palavra, o vereador Edvaldo Brito reafirmou a necessidade do voto nominal. O senhor presidente consultou o Plenário, o qual não aprovou a votação nominal. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito afirmou que, sem voto nominal, não se podia apurar o *quorum* necessário à derrubada de veto. O vereador Kiki Bispo passou a concordar com o voto nominal, e nova consulta foi feita, prevalecendo, enfim, a votação nominal. O senhor presidente, lembrando o pactuado no Colégio de Líderes, explicou que a discussão do Veto se daria após a votação. Havendo divergência sobre isso, o senhor presidente reformulou o modelo, antecipando a discussão. Pela ordem, o vereador Sidninho afirmou que o Colégio de Líderes, cuja soberania destacou, havia estabelecido a inexistência de discussão nessa votação. Em <u>discussão</u> o Veto parcial n. 11/22, ao Projeto de Lei relativo ao Acréscimo Salarial (AS) dos servidores, o vereador Joceval Rodrigues disse não entender a situação em que haviam posto os

servidores aposentados, em razão do que sustentava o pleito da categoria. Reiterou que o prefeito teria sido mal assessorado tecnicamente. Pediu que o senhor presidente intercedesse pelos servidores junto ao Executivo e declarou confiança no líder do Governo em sua iniciativa para uma nova proposta em 15 dias. Disse não ter visto, no Colégio de Líderes, acordo sobre não haver discussão do Veto. Pela ordem, o vereador Átila do Congo alertou sobre o precedente de não se cumprir o disposto em Colégio de Líderes, e o senhor presidente respondeu que apurariam isso na próxima reunião do Colégio, em dois meses. O vereador Arnando Lessa também defendeu o voto nominal para se apurar o *quorum*. Defendeu a vinda do presidente do FUMPRES para explicar o Veto, o qual entendia advir de uma conveniência e de uma represália política relacionada às eleições. Apontou a inconstitucionalidade de a lei retroagir para eliminar direitos e sublinhou as décadas de contribuição dos servidores que seriam prejudicados. Declarou que preferia votar não em oposição e sim, em consenso. O vereador Augusto Vasconcelos historiou o pagamento do AS, afirmando que ele integrava o patrimônio remuneratório, diferindo de um adicional. Explicou que a contribuição recolhida pelos servidores se dava sobre o AS e rejeitou que o FUMPRES pudesse, repentinamente, determinar que esse AS fosse retirado do pagamento da aposentadoria. Afirmou que a Casa, para firmar posição nesse sentido, produziu o Projeto de Lei que fora aprovado. Apontou a natureza solidária da previdência e declarou confiança na derrubada do Veto. O vereador Sílvio Humberto asseverou que se cumpria o acordado no Colégio de Líderes, no qual não se eliminara a discussão do Veto. Parabenizou o discurso do vereador Augusto Vasconcelos e considerou que a questão vinha sendo pautada pelos conceitos de conveniência e oportunidade. Indagou sobre a autonomia dos Poderes, observando que, se o prefeito não podia impedir a CMS de realizar concurso, igualmente não podia interferir na questão dos aposentados. A vereadora Laina Crisóstomo elogiou a fala do vereador Sílvio Humberto, inclusive sobre o Colégio de Líderes, sobre o qual, lembrou a decisão de se fazer

comissão para tratar do assunto, entre outras medidas, as quais expôs. Explicou que a Oposição já firmara posição sobre haver direito adquirido dos servidores, após acompanhá-los durante todo o processo do Projeto vetado. Disse que não ter compromisso com o que a Casa havia feito era não ter compromisso com as pessoas. Considerou que o voto nominal diria quem votava pelos servidores e quem votava em seu desfavor. O vereador Edvaldo Brito lembrou haver elaborado o Regimento Interno (RI) e explicou as modalidades de votação, reafirmando a necessidade do voto nominal nesta situação. Disse que a discricionariedade era expressão da autonomia referida pelo vereador Sílvio Humberto. Informou que o Supremo Ttibunal Federal (STF) tinha posição sobre o legislativo não ter inciativa de lei sobre servidores do executivo e indagou como o contrário poderia acontecer, no que considerou uma subtração da autonomia da CMS. Declarou que a sua posição contra o Veto se baseava no acompanhamento que fizera do Projeto vetado e, também, no compromisso estabelecido, consigo, pelo ex-vereador e ex-presidente da CMS Geraldo Júnior, quando o Projeto viera a Plenário e fora aprovado, com voto, inclusive, do senhor presidente Carlos Muniz. O senhor presidente declarou que, se pudesse votar, faria-o como o vereador Edvaldo Brito. Encerrada a discussão, encaminharam voto os vereadores: Kiki Bispo (pela manutenção do Veto e comprometendo-se a manter a discussão sobre a questão junto à Prefeitura); e Edvaldo Brito (contra o Veto e afirmando que sua manutenção feria a autonomia da Casa). A Sessão foi prorrogada por duas horas. Encerrada a discussão, o Veto parcial n. 11/22 foi votado nominalmente e, ao final, mantido, com 27 votos a favor da manutenção e 10 votos contrários, havendo 5 ausências de vereadores. A votação nominal configurou-se da seguinte maneira: pela manutenção do Veto, votaram os vereadores Alberto Braga, Alexandre Aleluia, Alfredo Mangueira, Anderson Ninho, André Fraga, Átila do Congo, Carolino, Cátia Rodrigues, Cláudio Tinoco, Cris Correia, Duda Sanches, Fabio Souza, George Reis, Ireuda Silva, Isnard Araújo, José Antonio, Júlio Santos, Kiki Bispo, Leandro Guerrilha, Marcelo Maia, Orlando Palhinha, Paulo

Magalhães Júnior, Ricardo Almeida, Sabá, Sandro Bahiense, Sidininho e Teo Senna; contra a manutenção do Veto, votaram os vereadores Arnando Lessa, Augusto Vasconcelos, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, Joceval Rodrigues, Laina Crisóstomo, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues, Sílvio Humberto e Tiago Ferreira. Em seguida, foram também votados e aprovados o Veto parcial n. 1/23 e o Veto total n. 2/23 (também relativo ao AS dos servidores), com os mesmos votos que haviam se configurado sobre o Veto anteriormente votado e mantido. Prosseguindo-se com a **Ordem do Dia**, foi discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Resolução n. 9/23. Foram ainda discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Requerimentos n.s 47/23, 97/23, 80/23, 81/23, 82/23, 83/23, 84/23, 85/23, 86/23, 87/23, 88/23, 89/23, 91/23, 92/23, 93/23, 94/23, 95/23, 98/23, 99/23, 100/23, 101/23, 102/23, 103/23, 105/23, 106/23, 107/23, 108/23, 109/23, 110/23, 111/23, 112/23, 113/23, 114/23, 115/23 e 116/23; e Moções n.s 8/23, 10/23, 11/23, 13/23, 15/23, 16/23, 17/23, 18/23, 19/23 e 20/23. Por fim, foram promulgadas as Resoluções n.s 3.170/23 e 3.171/23. Nada mais havendo o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO